

4.1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICO-INSTITUCIONAIS

A Política Estadual de Recursos Hídricos foi a origem dos diplomas legais que constituem o seu arcabouço jurídico. Vale ressaltar a existência dos Preceitos Constitucionais sobre Recursos Hídricos presentes na Constituição Estadual de 1998, todos da maior importância para a consolidação da nossa Política de Águas.

Por intermédio dessa legislação foram criados, instituídos e regulamentados os organismos e instrumentos necessários à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Na prática da implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, observa-se a necessidade de uma revisão nos aspectos legais e institucionais dos órgãos e instrumentos que a compõem, com a finalidade de racionalizar e agilizar as ações de planejamento, desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos estaduais.

Tabela 16 – Sugestões sobre Revisão dos Aspectos Jurídicos e Institucionais

Órgão/Instrumento	Legislação Pertinente	Sugestões
Política Estadual de Recursos Hídricos	Lei N° 6.308/1996 Lei N° 6.544/1997 Lei N° 7.033/2001	Revisão na lei que instituiu a Política Estadual de Águas, inclusive as alterações introduzidas por outras leis, com ênfase para os seguintes pontos: i) Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos; ii) composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; iii) Plano Estadual de Recursos Hídricos; iv) Planos e Programas Intergovernamentais; e v) Fundo Estadual de Recursos Hídricos.
Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Lei N° 6.308/1996 Lei N° 6.544/1997 Lei N° 7.033/2001 Decreto N° 18.824/1997 Decreto N° 19.256/1997 Decreto N° 18.827/1997	Análise de toda a legislação relacionada com o Conselho e proposta de revisão do Regimento Interno, com referência a: i) Natureza e Objetivos; ii) Composição; e iii) Estrutura Básica.
Outorga de Direito de Uso de Água	Lei N° 6.308/1996 Decreto N° 19.260/1997	Revisão da legislação alusiva à outorga, com proposta de possíveis alterações.
Controle Técnico de Obras Hídricas	Lei N° 6.308/1996 Decreto N° 19.258/1997	Revisão da legislação referente à expedição de licença para a implantação de obra hídrica, especialmente quanto aos seguintes assuntos: i) inexigibilidade da licença; ii) infrações, iii) penalidades; e iv) fiscalização.
Cobrança pelo Uso de Água Bruta	Lei N° 6.308/1996 Lei N° 7.033/2001 Decreto N° 19.260/1997	i) Análise dos aspectos legais e institucionais da cobrança, com proposta de alterações julgadas necessárias; e ii) elaboração de minuta de Decreto contendo proposta de tarifas para implementação da cobrança.
Fundo Estadual de Recursos Hídricos	Lei N° 6.308/1996 Lei N° 7.033/2001 Decreto N° 18.823/1997 Decreto N° 19.256/1997	Revisão dos aspectos jurídicos, institucionais e administrativos do Fundo.